



Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil

## CÂMARA APROVA MEDIDA COM OBJETIVO DE PACIFICAÇÃO

Em resposta às controvérsias e após pressão de lideranças da Câmara dos Deputados (CD), o Plenário da Casa aprovou um Projeto de Resolução que pune atitudes que desrespeitem o código de ética.

A medida foi apresentada pelo Presidente da Câmara após uma briga entre deputados de oposição e André Janones (AVANTE/MG), durante o julgamento de cassação do mesmo no Conselho de Ética. No mesmo dia, a deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) teve um mal-estar e precisou ser internada após uma confusão na Comissão dos Direitos Humanos, enquanto se discutia um Projeto de Lei sobre a identificação de locais de repressão política utilizados por agentes da ditadura.

Entre as principais medidas, o Projeto de Resolução permite que a Mesa Diretora suspenda, por até 6 meses, o mandato de um deputado federal acusado de quebrar o decoro parlamentar, por meio de medida cautelar, em até 5 dias úteis a partir do conhecimento da representação. Segundo o texto, o objetivo é “prevenir a ocorrência de confrontos desproporcionalmente acirrados entre parlamentares, que, em algumas ocasiões, têm culminado inclusive em embates físicos”. Ademais, o Conselho de Ética dispõe de 3 dias úteis para decidir sobre a decisão cautelar.



*“Não podemos mais continuar assistindo aos embates quase físicos que vêm ocorrendo na Casa e que desvirtuam o ambiente parlamentar, comprometem o seu caráter democrático e — principalmente — aviltam a imagem do Parlamento na sociedade brasileira”*

**Arthur Lira,**  
Presidente da Câmara dos Deputados

## CRÍTICAS À HADDAD E DEVOUÇÃO DA MP DAS COMPENSAÇÕES PELO SENADO

As críticas ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, têm sido intensas e multifacetadas, envolvendo questões de política fiscal, gestão econômica e articulação política. Uma das principais fontes de descontentamento é a rejeição da Medida Provisória que limita a compensação dos créditos de PIS/Cofins pelo Senado. A MP, que pretendia arrecadar R\$ 29 bilhões, foi devolvida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), sob o argumento de que não respeitava os princípios constitucionais de segurança jurídica e previsibilidade tributária, uma vez que alterações tributárias devem observar um período de noventa dias para adaptação dos setores afetados. Esse episódio não só enfraqueceu a posição de Haddad, mas também gerou insegurança no mercado, com a alta do dólar e a queda da bolsa de valores. Nesse contexto, observa-se a forte resistência que o Ministro enfrenta dentro do próprio Partido dos Trabalhadores (PT), fato que desencadeou crescente pressão de setores do partido para que ele seja substituído por alguém mais alinhado à ala esquerda, visto que grupos internos acreditam que Haddad não está defendendo suficientemente os interesses do partido e suas bases sociais.

Do ponto de vista econômico, Haddad é visto com desconfiança por parte do mercado financeiro. Apesar de ter conquistado considerável grau de confiança ao longo de 2023, sua agenda fiscal e capacidade de implementação são constantemente questionadas. A rejeição da MP do PIS/Cofins e a ausência de uma compensação à desoneração da folha de pagamento aumentaram as críticas sobre sua habilidade de conduzir a política econômica de forma eficaz. Ademais, Haddad enfrenta críticas pela falta de um plano claro e eficaz de ajuste fiscal. Embora tenha anunciado cortes de despesas e revisão dos gastos do governo, muitos analistas e políticos acreditam que essas medidas são insuficientes para estabilizar as contas públicas e restaurar a confiança do mercado.

A oposição política, unida em sua crítica ao governo, torce por uma “tempestade perfeita” que aumente a pressão sobre Haddad e, por extensão, sobre Lula. Outrossim, a crítica que o Banco Central, sob Roberto Campos Neto, está fazendo política junto a adversários do governo, como Tarcísio de Freitas, agrava ainda mais a tensão política. Nesse ambiente, qualquer falha ou revés de Haddad é amplamente explorado pela oposição e pelos críticos internos.



*“Eu penso que nós vamos chegar a um denominador rápido. Vamos colocar algumas propostas na mesa a partir da semana que vem, mas principalmente receber deles, até para evitar que se dê um atraso nisso. Nós vamos receber deles as propostas que o Senado tem em mente, porque aí fica mais fácil para a outra metade, fica mais fácil de calcular, fica mais simples de se resolver.”*

**Fernando Haddad,**  
Ministro da Fazenda

Material produzido por


